

Portugal expulsa diplomata moçambicano

N. 18/3/89

X

♦ Retirada guarnição da Embaixada da RPM em Lisboa cujo pessoal tem recebido ameaças de morte

O Governo português declarou ontem o terceiro secretário da Embaixada de Moçambique, em Lisboa, Rafael Custódio Marques, como «persona non grata», ordenando-lhe que abandonasse o território português no prazo de 72 horas, isto é, até segunda-feira à noite. Esta foi a resposta do executivo de Lisboa face à recusa do Governo moçambicano em retirar a imunidade ao referido diplomata — segundo informa a AIM.

Outras informações da capital portuguesa indicam que o pessoal da Embaixada moçambicana, em Lisboa, tem recebido nos últimos dias, através do telefone, ameaças de morte por parte de pessoas desconhecidas. Numa atitude preocupante, e cujas razões se desconhecem, as autoridades portuguesas retiraram já há alguns dias a guarnição policial que costumava montar segurança às instalações da nossa Embaixada. Isto está a levantar, em Maputo, legítimas preocupações quanto à segurança física do nosso pessoal diplomático a prestar serviço na capital portuguesa.

A AIM noticia, por outro lado, que a Embaixada da RPM tem estado a receber, quer por telex quer por telefone, mensagens de apoio e solidariedade por parte de empresários, políticos e cidadãos portugueses comuns, que têm estranhado a campanha histórica contra Moçambique levada a efeito por parte da imprensa portuguesa na sequência do assassinato, ocorrido no ano passado, perto de Lisboa, do dirigente terrorista Evo Fernandes.

Numa declaração emitida na quinta-feira em Maputo, o Ministério moçambicano dos Negócios Estrangeiros afirmou, uma vez mais, que nem o Estado moçambicano nem nenhum dos seus funcionários estão envolvi-

dos na morte daquele cabecilha do terrorismo. O MNE respondia a uma nota verbal do Governo português através da qual este solicitara o levantamento da imunidade diplomática de Rafael Custódio Marques, a fim de este ser apresentado a tribunal no processo relativo à morte de Evo Fernandes.

Segundo informa a AIM, a decisão de expulsar o diplomata moçambicano foi ontem comunicada em Lisboa ao encarregado dos Negócios de Moçambique, Daniel Mondlane. O Ministério português dos Negócios Estrangeiros divulgou, entretanto, um comunicado em que afirma que não lhe restava «outra alternativa», face à

recusa do Governo moçambicano em renunciar à imunidade diplomática de Rafael Custódio Marques.

Conforme apontávamos ontem em editorial, a tentativa de implicar a RPM na morte de Evo Fernandes começou ainda antes de esta se ter consumado, através de uma campanha em que têm estado envolvidas diversas forças políticas portuguesas assim como um sector significativo da imprensa daquele país europeu.

Reina neste momento alguma expectativa em Maputo, em meios diplomáticos e outros, sobre a possível reacção do Governo moçambicano à medida agora tomada pelo executivo português. Não nos foi possível obter, até ao fecho desta edição, nenhum comentário por parte das autoridades moçambicanas.

Este incidente diplomático ocorre numa altura em que as relações entre Moçambique e Portugal atravessavam um bom momento, estando prevista para fins de Maio próximo uma visita a Maputo do Primeiro-Ministro português, Cavaco Silva.